

A reforma do imposto de renda e o orçamento serão os destaques do mês

- ▶ Trabalhos intensificados em março com: i) Envio da Reforma da Renda pelo Executivo; ii) Envio do novo Vale-Gás; iii) Envio da Medida Provisória sobre Crédito Consignado; iv) Orçamento 2025; v) Relatório bimestral; vi) Medidas para conter alta dos alimentos.
- ▶ A continuidade da Reforma Ministerial e como ela vai ser concluída deve ditar o ritmo das votações nos próximos meses.

Após homologação da liberação de emendas parlamentares pelo STF, tema que estava travando a pauta do Legislativo, o Congresso vai dar andamento à discussão do Orçamento de 2025 a partir do dia 11 de março. A tendência é que se chegue a um texto comum na semana seguinte, sendo aprovado sem dificuldades. O foco estará no tratamento dado às despesas públicas executadas por fora do orçamento, como Pé-de-Meia e Vale-Gás, e no possível anúncio de novas medidas de receita, dada a frustração na aprovação de medidas contidas na PLOA, como o aumento de IR sobre JCP e das alíquotas da CSLL.

Após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) em fevereiro que deveria haver indicativo, em até 120 dias, de fonte orçamentária para o financiamento do Pé-de-Meia, estimado em R\$ 12,5 bilhões, há expectativa que o programa já seja incluído no Orçamento. Da mesma forma, o novo programa de Vale-Gás deve ser incluído no Orçamento, com previsão de um possível adicional de R\$ 3 bilhões além dos R\$ 600 milhões inicialmente orçados. Qualquer surpresa nos números sem previsão de compensação ou com exclusão do limite de despesas sinalizaria piora nos números fiscais. Também deverá constar nas regras do arcabouço o crédito extraordinário de R\$ 4,2 bilhões aberto para o Plano Safra, promessa do Ministério da Fazenda.

O principal evento do mês será o envio da proposta de Reforma do imposto de Renda. Como será o formato e quais compensações o Governo colocará no projeto para deixar neutra a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil? O projeto deve ampliar a isenção dos atuais R\$ 2.824 mensais para R\$ 5.000, com faseamento até R\$ 6.900 para evitar distorções. Estimamos que o custo bruto da isenção chegue a cerca de R\$ 40 bilhões (0,35% do PIB). Quanto à compensação, o Ministério da Fazenda aposta na tributação efetiva mínima para rendas superiores a R\$ 600 mil anuais, incluindo dividendos. Ainda há discussão se rendimentos atualmente isentos entrariam na base de cálculo. Apesar de a proposta do governo para compensação ser potencialmente suficiente, há o risco de a proposta ser diluída durante a tramitação no Congresso com abertura de exceções e regras diferenciadas, além da incerteza sobre alterações no comportamento dos contribuintes.

Esperamos que ocorra o anúncio de mudanças no crédito consignado privado em março, editadas por meio de Medida Provisória. A criação da modalidade tem o potencial de ampliar as concessões de crédito ao integrar os bancos ao eSocial, permitindo que os trabalhadores acessem o crédito consignado sem a intermediação dos empregadores. Com isso, todos os trabalhadores CLT passam a ser potenciais tomadores do produto, que possui spread menor e prazo maior em comparação ao crédito pessoal sem desconto em folha.

Outro ponto de destaque no mês é a publicação do relatório bimestral de receitas e despesas. Entretanto, existe a possibilidade de o relatório não ser publicado em março, uma vez que a LDO facultou sua elaboração caso o Orçamento não tenha sido aprovado até a data prevista de publicação (22 de março). Há duas alternativas: i) publicar um relatório extemporâneo, em abril; ii) publicar o próximo relatório apenas em maio. Estimamos que um contingenciamento de R\$ 35 bilhões nesse primeiro relatório bimestral seria necessário para o cumprimento da meta de resultado primário de 2025.

Reforma ministerial e governabilidade

Depois da confirmação de Gleisi Hoffman como ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), discussões sobre a presença de mais (e quais) partidos aliados na base governista devem movimentar o mês. O posto ocupado por Gleisi é fundamental para uma boa relação entre o Executivo e Congresso Nacional, além de ser o responsável por liberar o pagamento das emendas parlamentares.

Tema	Detalhamento	Impacto	Considerado no cenário
Orçamento 2025	Inclusão do Pé-de-Meia e do Vale-Gás no Orçamento.	-	Não
Reforma da Renda	Principal ponto da medida é a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e a compensação com tributação mínima para quem recebe a partir de R\$ 600 mil por ano.	R\$ 35 bilhões para a isenção até R\$ 5 mil no IRPF.	Sim, com compensação parcial
Gás para Todos	Governo estuda dar cashback na compra do Gás por pessoas que atendam determinados requisitos.	R\$ 3,6 bilhões (R\$ 600 milhões já usados)	Não
Crédito Consignado	Consignado privado tem o potencial de ampliar as concessões de crédito ao integrar os bancos ao eSocial, permitindo que os trabalhadores acessem o crédito sem a intermediação dos empregadores.	A estimativa do governo é que a carteira desse produto aumente dos atuais R\$40bi para R\$120bi.	Não se aplica.
Relatório Bimestral	Relatório pode não ser divulgado no dia 22 de março já que o Orçamento deve ser aprovado muito próximo da data.	Entendemos ser ideal um bloqueio de R\$ 35 bilhões, mas há risco de postergação e opção por ajuste gradual.	Não

Emmanuel Macedo
Thales Guimarães
Luiz Cherman

Pesquisa macroeconômica – Itaú

Mario Mesquita – Economista-Chefe

Para acessar nossas publicações e projeções visite nosso site:

<https://www.itaubba-pt/analises-economicas>



Acesse nossos conteúdos
no seu celular

Informações Relevantes

1. Este relatório foi desenvolvido e publicado pelo Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"). Este relatório não é um produto do Departamento de Análise de Ações do Itaú Unibanco ou da Itaú Corretora de Valores S.A. e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM n.º 20, de 2021.
2. Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra e/ou venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra e/ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que o relatório foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. Entretanto, o Itaú Unibanco não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. O Itaú Unibanco não possui qualquer obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e informar o respectivo leitor.
3. As opiniões expressas neste relatório refletem única e exclusivamente as visões e opiniões pessoais do analista responsável pelo conteúdo deste material na data de sua divulgação e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao Itaú Unibanco, à Itaú Corretora de Valores S.A. e demais empresas do grupo econômico do Itaú Unibanco.
4. Este relatório não pode ser reproduzido ou redistribuído para qualquer outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento por escrito do Itaú Unibanco. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros discutidos neste relatório encontram-se disponíveis mediante solicitação. O Itaú Unibanco e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza e tampouco se responsabilizará por quaisquer decisões, de investimento ou de outra, que forem tomadas com base nos dados aqui divulgados.

Observação Adicional: Este material não leva em consideração os objetivos, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer cliente em particular. Os clientes precisam obter aconselhamento financeiro, legal, contábil, econômico, de crédito e de mercado individualmente, com base em seus objetivos e características pessoais antes de tomar qualquer decisão fundamentada na informação aqui contida. Ao acessar este material, você declara e confirma que compreende os riscos relativos aos mercados abordados neste relatório e às leis em sua jurisdição referentes a provisão e venda de produtos de serviço financeiro. Você reconhece que este material contém informações proprietárias e concorda em manter esta informação somente para seu uso exclusivo.

SAC Itaú: Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com o SAC Itaú: 0800 728 0728. Ou entre em contato através do nosso portal <https://www.itaubba-pt/analises-economicas>. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722.